

ANTES DO NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA: PARA PENSAR O SURGIMENTO DE UMA NOÇÃO EM MICHEL FOUCAULT

[BEFORE THE BIRTH OF BIOPOLITICS: TO THINK THE EMERGENCE OF A NOTION IN MICHEL FOUCAULT]

*Helena Almeida e Silva Sampaio **
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
*Luiz Guilherme Augsburges ***
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

RESUMO: Dada a relevância e a recorrente presença em pesquisas acadêmicas da noção de “biopolítica”, elaborada pelo filósofo Michel Foucault, esse artigo busca colaborar com a compreensão dessa noção e sua emergência conceitual. Para tanto, o artigo analisa os quatro livros publicados por M. Foucault antes das primeiras utilizações do termo “biopolítica”, na segunda metade de 1970, a fim de localizar neles a presença de elementos constituintes da noção. Nesses livros foram encontrados elementos que depois comporiam a conceitualização da biopolítica e orbitariam os estudos do tema, em especial a problematização da população e da vida biológica. Esse artigo, no entanto, não visou encontrar, na obra de Foucault, uma análise biopolítica anterior ao estabelecimento da noção, mas identificou pistas relacionadas à medicina, à biologia, à estatística e à população, presentes em trabalhos anteriores de Foucault, que podem enriquecer o entendimento da noção de biopolítica e sua historicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica; Filosofia; Liberalismo; Michel Foucault; Neoliberalismo.

ABSTRACT: Given the relevance and frequent presence in academic research of the notion of “biopolitics” – developed by the philosopher Michel Foucault –, this article seeks to contribute to the understanding of this notion and its conceptual emergence. To this end, the article analyses the four books published by M. Foucault prior to the initial use of the term “biopolitics” in the second half of the 1970s, aiming so to identify within them the presence of constituent elements of the notion. Elements were found in these books that would later form the conceptualization of biopolitics and inform studies on the subject, particularly the problematization of population and biological life. However, this article did not aim to uncover a biopolitical analysis placed before Foucault’s establishment of the notion; rather, it identified clues related to medicine, biology, statistics, and population present in Foucault’s earlier works that can enhance the understanding of the concept of biopolitics and its historicity.

KEYWORDS: Biopolitics; Philosophy; Liberalism; Michel Foucault; Neoliberalism.

** Doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGF-PUCSP) na linha de Filosofia das Ciências Humanas, com parte dos estudos realizados na Universidade da Califórnia de Los Angeles (UCLA). E-mail: helenaalmeida@me.com. ** Professor Substituto do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina; Doutor em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina com período sanduíche em Universitat de Barcelona, sob orientação de Jorge Larrosa. E-mail: aug.prof@gmail.com*

INTRODUÇÃO

Olhando o mar das pesquisas sobre educação e infância, entre outros temas, é fácil deparar-se com uma espécie de corrente marítima, a “biopolítica”, que cruza tais investigações e aparece como um elemento importante na formação do sujeito contemporâneo. Embora esse termo tenha diversas apropriações e desdobramentos, como, por exemplo, o uso singular que dele fazem Giorgio Agamben ou Antonio Negri e Michael Hardt, ele parece sempre reenviar a Michel Foucault, que cunhou o termo e o explorou no livro *A vontade de saber* e em vários de seus cursos – *viz. Em defesa da Sociedade, Segurança, Território e População e Nascimento da Biopolítica*.¹

A biopolítica, assim, parece algo que permeia tanto a vida contemporânea quanto a pesquisa atual, de modo que compreendê-la seria estratégico para produzir em relação à biopolítica uma “atitude crítica”*, tanto no sentido de abrir possibilidades à existência cotidiana, quanto de pôr em questão o lugar recorrente e o uso ligeiro dessa noção nas pesquisas acadêmicas. No sentido de auxiliar na compreensão da biopolítica – essa correnteza que modula, entorpece, produz, move e demove, que parece enxarcar a tudo e a todos –, no presente artigo propõe-se analisar os contornos de formação da noção de biopolítica na obra de Michel Foucault, que antecederia o uso do próprio termo. Assim, embora o autor tenha cunhado o termo apenas em meados de 1970², olha-se nesse artigo para os textos anteriores do autor a fim de verificar a existência de alguns elementos que, posteriormente, viriam a compor, de forma mais ou menos direta, a noção de biopolítica propriamente. Para tanto, acompanhando os deslocamentos nos estudos de Foucault, busca-se apreender algumas pistas a partir da análise dos livros que antecedem a publicação de *A vontade de saber*, no qual o termo aparece cunhado e a noção é explicitada pela primeira e única vez, em seus livros. Esses livros anteriores são *História da Loucura, O nascimento da Clínica, As Palavras e as Coisas, Vigiar e Punir*.³

A NOÇÃO DE BIOPOLÍTICA (1974-1980)

Entre meados dos anos 1970 ao começo dos anos 1980, a noção de biopolítica aparece e tem seu uso desdobrado, com certos deslocamentos a depender das temáticas nas quais estão implicadas. Quando Foucault fala da biopolítica no campo da sexualidade, do racismo de Estado ou no neoliberalismo, a noção tem certos reajustes ou recebe ênfases distintas, porém, isso não significa que não seja possível estabelecer um contorno dessa noção.

Pode-se entender a biopolítica como o modo através do qual, a partir do século XVIII, tentou-se produzir uma racionalização – tanto no nível do saber, quanto do poder – dos fenômenos próprios à população. Esses fenômenos abarcariam pelo menos quatro dimensões, como sintetiza Edgardo Castro :

- 1) Da proporção de nascimentos, de óbitos, das taxas de reprodução, da fecundidade da população. Em uma palavra, da demografia.
- 2) Das enfermidades endêmicas: da natureza, da extensão, da duração, da intensidade das enfermidades reinantes na população; da higiene pública.
- 3) Da velhice, das enfermidades que deixam o indivíduo fora do mercado de trabalho. Também, então, dos seguros individuais e coletivos, da aposentadoria.
- 4) Das relações com o meio geográfico, com o clima. O urbanismo e a ecologia.

A biopolítica, enquanto governo da população, não se ocupa de cada sujeito individualmente fora do escopo da população, no qual ele está inserido, mas se articula

com essa dimensão “disciplinar” da governamentalidade moderna:

Percebe-se [...] que a relação do poder com o sujeito, ou melhor com o indivíduo, não deve ser simplesmente essa forma de sujeição que permite ao poder tomar dos sujeitos bens, riquezas e, eventualmente, seu corpo e seu sangue, mas que o poder deve exercer-se sobre os indivíduos, uma vez que eles constituem uma espécie de entidade biológica que deve ser levada em consideração, se queremos, precisamente, utilizar essa população como máquina para produzir, para produzir riquezas, bens, para produzir outros indivíduos. o descobrimento da população é, ao mesmo tempo que o descobrimento do indivíduo e do corpo adestrável, o outro núcleo tecnológico em torno ao qual os procedimentos políticos do ocidente se transformaram .

A biopolítica, portanto, não opera modelando o indivíduo à imagem e semelhança de um corpo ideal (normatização), mas modulando a conduta da população. Essa modulação, valendo-se da estatística, da probabilidade, de cálculos de eficiência e eficácia, estabelece margens de flutuação aceitáveis da conduta populacional, a partir das quais vai governá-la (normalização). Essa normalização não determina interditos ou estabelece deveres da conduta dos sujeitos, mas, observando fenômenos ligados à saúde, à higiene, à natalidade, à longevidade, à sexualidade, à raça, aos fluxos migratórios etc., busca tornar produtivos as dinâmicas próprias aos conjuntos de indivíduos. Desse modo, a biopolítica age sobre o meio e não sobre o indivíduo, visando utilizar-se daquilo que a população apresenta como sua realidade a ser governável e não sobre uma realidade ideada ou previamente estabelecida como campo de atuação do governo.

ELEMENTOS PRÉVIOS (1961-1975)

História da Loucura (1961)

Em *História da loucura*, através de uma análise organizada em três recortes temporais (viz. Renascimento, Idade Clássica e Idade Moderna), Foucault mostra a existência de diferentes regimes de visibilidade, dizibilidade e de sensibilidade em relação à loucura e ao louco: “A loucura não pode ser encontrada no estado selvagem. A loucura só existe em uma sociedade, ela não existe fora das formas de sensibilidade que a isolam e das formas de repulsa que a excluem ou a capturam” . Em cada período haveria uma experiência em relação à loucura “desrazão” bastante distinta das formas modernas ligadas aos saberes psi.

Diferentemente da Modernidade, o Renascimento e o começo da Idade Clássica (séculos XVII e XVIII) não buscavam reduzir a loucura a uma mera doença e o louco como um sujeito desprovido de qualquer verdade. Isso não significa que havia uma acolhida completa da desrazão. Na paisagem imaginária da Renascença, por exemplo, a nau dos loucos (*stultifera navis*) marcaria a exclusão da loucura à exterioridade , com o seu envio ao “não-lugar”, à absoluta e “oceânica” incerteza, à deriva errante. Também no Renascimento haveria uma bifurcação na fábula da loucura: a Arte priorizaria uma experiência trágica, esotérica e cósmica da loucura, enquanto na Literatura e na Filosofia, essa experiência aconteceria pelo viés de uma crítica. Ainda que passível de exclusão e incompreensão, a loucura ainda portaria uma verdade e uma razão próprias, das quais, quiçá, algum saber poderia ser extraído, decifrado.

Já na Modernidade, a experiência clássica da loucura sofreria um duro golpe, no qual a desrazão seria relegada ao silêncio. Como parte desse processo, na França, estaria a criação do Hospital Geral de Paris, bem como a famosa Grande Internação, na qual uma parte considerável da população foi confinada. Não apenas loucos eram encerrados em manicômios, mas toda uma série de Outros – desajustados, insensatos e anormais. Tratava-se de mulheres, crianças, enfermos, homossexuais, ateus, idosos, criminosos, filhos pródigos, mendigos, todos excluídos da sociedade, mas incluídos em um mesmo espaço hospitalar. Desse modo, a exclusão do Outro (e da loucura) não se dava mais no espaço exterior, mas no interior da própria sociedade. Nessas instituições de clausura o saber médico aliava-se a um poder policial e jurídico .

Porém, a partir do século XIX, o Grande Internamento já não era justificável e viável, os sujeitos em seu interior passam a ser diferenciados e realocados: os jovens vão para os estabelecimentos de educação, os delinquentes, para a prisão, enquanto os loucos, convertidos agora em “doentes mentais”, passam a ser confinados em asilos. No interior do espaço asilar, a loucura e o louco são submetidos a um novo regime de forças, organizado em torno do médico e do saber médico. A loucura, agora, passa a dizer da verdade do homem, mas nunca de si mesma, nem por si mesma. Para isso, é preciso a intervenção de um determinado saber e de um determinado sujeito médicos para que a experiência da loucura, extraída por meio de uma confissão, seja convertida em verdade profunda do ser humano .

Em *História da Loucura*, encontrar-se-iam dois possíveis vestígios da temática que envolve a biopolítica, a saber: (1) a tomada da população como uma categoria autônoma, para a economia; e (2) o estabelecimento de uma relação entre a loucura, o louco, a verdade e o corpo orgânico.

Ainda no século XVII, o Grande Internamento chega a um nível insustentável:

Qual era, portanto, a realidade visada através de toda essa população que, quase de um dia para o outro, viu-se reclusa e banida de modo mais severo que os leprosos? Não se deve esquecer que poucos anos após sua fundação, o único Hospital Geral de Paris agrupava 6 000 pessoas, ou seja, cerca de 1% da população. Para tanto foi necessário formar, de modo abafado e no decorrer de longos anos, sem dúvida, uma sensibilidade social, comum à cultura europeia e que bruscamente atingiu seu limiar de manifestação na segunda metade do século XVII: foi ela que isolou de repente essa categoria destinada a povoar os lugares de internamento .

Por um lado, o fim do Grande Internamento estaria ligado a questões econômicas pelas quais a população é colocada não só como um componente da riqueza de uma nação, mas como uma categoria própria da economia.

É preciso que a assistência aos pobres assuma um novo sentido. Sob a forma de que ela ainda se reveste, o século XVIII reconhece que ela é cúmplice da miséria e contribui para desenvolvê-la. A única assistência que não seria contraditória faria prevalecer, numa população pobre, aquilo pelo que ela é rica potencialmente: o puro e simples fato de que ela é uma população .

Como Foucault analisa em *Segurança, território e população*, um marco da governamentalidade moderna é o deslocamento do objeto do governo. Da soberania do território, em que as coisas em seu interior são secundárias em relação a esse, o objeto da arte de governar passa a ser a população: “a população vai aparecer por excelência como a meta final do governo, porque, no fundo, qual pode ser a finalidade deste último? Não é certamente governar, mas melhorar a sorte das populações, aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde.”

Por outro lado, as transformações apontadas em *História da Loucura*. atrelam-se ao surgimento de uma nova sensibilidade social que separou os loucos como uma “população” à parte daquela indiferenciada, que estava reclusa nos hospitais do Grande Internamento. Essa nova população internada em asilos tem sua verdade extraída não mais a partir de uma confissão cristã e de uma verdade ligada à infinitude de Deus, mas, sim, de um saber médico-fisiológico-psiquiátrico, ligado à finitude do Homem:

[...] ao mesmo tempo, essa comunicação subterrânea entre o louco e aquele que o conhece, julga-o e condena-o, perdia seus valores realmente ameaçadores na medida em que o mal era rigorosamente objetivado, desenhado no espaço de um corpo e investido num processo puramente orgânico. Com isso, a medicina simultaneamente punha um fim a esse reconhecimento lírico e ocultava, na objetividade de uma constatação, a acusação moral que ela carregava .

Entremeadado na ruptura na qual a loucura converte-se em doença mental e perde qualquer autonomia, tornando-se refém do saber-poder médico (psiquiátrico), parece, ainda que na forma de pequenos lampejos, insinuar-se a figura da população, na qual os loucos são agrupados como objetos das instituições manicomiais, mas também como sujeitos de interesse do saber médico e de uma questão econômica no seio da sociedade europeia moderna.

Nascimento da Clínica (1963)

Em *Nascimento da clínica*, Foucault analisa a história da medicina, limitando sua pesquisa aos séculos XVI, XVIII e início do século XIX. Com uma reflexão bastante historiográfica e crítica sobre as diferentes formas do olhar médico sobre o indivíduo doente, Foucault pretende “determinar as condições de possibilidade da experiência médica”.

No livro é marcada a ruptura na ordem do saber médico em duas dimensões: (1) estabelece-se as diferenças entre a medicina clássica e a moderna; e (2) mostra-se o reestabelecimento da medicina como prática e como ciência, fazendo-se uma distinção entre a medicina classificatória, a clínica e a anatomopatológica. O pensador francês vai então detalhar a reconfiguração das formas de ver e de dizer do campo médico. Isso, por sua vez, implicou numa significativa alteração dos métodos, dos conceitos e dos objetos que se ligavam às novas práticas discursivas, as quais reivindicavam a autoridade do saber médico.

Esse novo “olhar médico”, que objetifica o corpo do paciente e o separa de sua dimensão imaterial ou de sua identidade pessoal, nasce em meio à clínica. Assim como em seu estudo anterior, em *Nascimento da Clínica*, Foucault localiza uma dimensão material – ao mesmo tempo arquitetônica e institucional – a partir da qual as novas práticas de saber vão emergir. O espaço da clínica, onde o estudo e o ensino da medicina estavam atrelados à potencialização da inspeção, do exame e da análise do corpo humano, tornaram possível esse novo olhar médico. Essa dimensão material não apenas dava condições de possibilidade a um novo saber médico, mas também tornava o corpo orgânico objeto de um poder. Nesse sentido, os vestígios da temática biopolítica nesse livro parecem ser três: (1) a colocação da vida no centro da medicina moderna; (2) a absorção de elementos matemático-estatísticos na medicina; e (3) a possibilidade de políticas sanitárias voltadas a um nível populacional de atuação.

No início do século XIX, com o nascimento da “anatomoclínica”, a medicina ganha sua feição moderna. A experiência clínica se constitui em um novo espaço em

que o corpo e a doença são tangíveis através da relação entre vida e morte, visível nos sintomas, nos tecidos e em outros signos do corpo doente. Em sua constituição das bases de uma nosologia⁴, “Bichat partira de uma experiência básica de anátomo-patologista, que ele próprio havia constituído: experiência em que a morte era a única possibilidade de dar à vida uma verdade positiva”. Dessarte, a *vida* – sobretudo em seu sentido orgânico – é colocada no centro da medicina moderna, de modo bastante similar àquilo que Foucault parece indicar como movimento da biopolítica: “um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto”.

O segundo desdobramento dessa transformação da medicina moderna ligada à problemática da biopolítica estaria na forma de correlacionar população, saúde e cálculo. A partir do campo de incertezas que aparecia na experiência clínica, a medicina vai articular elementos que eram próprios da matemática:

[...] a medicina descobre que a incerteza pode ser tratada analiticamente como a soma de graus de certezas isoláveis e suscetíveis de um cálculo rigoroso. Assim, este conceito confuso e negativo, que adquiria sentido a partir de uma oposição tradicional ao conhecimento matemático, vai poder se transformar em um conceito positivo, aberto à penetração de uma técnica própria para o cálculo .

De modo similar, quando analisa “os mecanismos implantados pela biopolítica”, Foucault percebe “se tratar sobretudo [...] de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais”. O cálculo baseado em estatísticas dos fenômenos populacionais é colocado justamente no centro das políticas sobre a vida da população .

Desse modo, com a apropriação do cálculo e dessa noção matemática de incerteza, a arqueologia do olhar médico de Foucault , apontaria para o terceiro aspecto “biopolítico” dessa nova medicina. Isso na medida em que se produz um saber positivo não só do corpo em nível individual, mas também subsidia a possibilidade de um saber populacional. Essa nova medicina auxiliaria na previsão da dinâmica patológica em nível populacional, que depois voltariam ao campo da medicina no âmbito da medicina social e em termos de políticas sanitárias. No entanto, é preciso frisar que:

A razão não está na teoria matemática das probabilidades, mas nas condições que podiam torná-la aplicável: o recenseamento dos fatos fisiológicos ou patológicos, como o de uma população ou de uma série de acontecimentos astronômicos, não era tecnicamente possível em uma época em que o campo hospitalar continuava ainda a tal ponto à margem da experiência médica que aparecia muitas vezes como sua criatura ou espelho deformante .

Embora, à época, o recenseamento e as análises estatísticas em larga escala ainda não fossem tecnicamente possíveis, a população e as práticas sobre ela já eram pensáveis, ainda que restritas, em certa medida, ao espaço clínico e ao saber médico.

As Palavras e as Coisas (1966)

N’*As palavras e as coisas*, Foucault explorada a história da ordem das coisas, sendo analisadas as condições de formação de certos saberes, ligados às epistemes renascentista, clássica e moderna. Desse modo, o autor estabelece a emergência do *a priori histórico* que tornou possível o surgimento das ciências humanas e do Homem, como duplo empírico-transcendental. Na primeira parte do livro, entre *Velázquez e Dom*

Quixote, entre *Las Meninas* e a prosa do mundo, é marcada a ordenação do mundo que operou até o século XVI pelo crivo da semelhança (a *convenientia*, a *aemulatio*, a *analogia* e a *simpatia*). O conhecimento advém da interpretação dos signos nas coisas, da continuidade entre palavra e coisa pela semelhança.

A segunda parte do livro, aborda a episteme clássica (séculos XVII e XVIII) e marca a idade da representação. Nela as palavras não estão mais nas coisas e ao conhecimento, agora, cabe estabelecer a correlação entre palavra e coisa por meio do representar: as coisas como ideias e as ideias como linguagem, ou seja, representações de representações. Através de um estudo meticoloso da Gramática Geral, da Análise da Riqueza e da História Natural, Foucault estabelece o solo histórico da teoria da representação sobre o qual esses saberes são possíveis. A despeito de suas particularidades, a análise foucaultiana, em vez de produzir uma síntese desses saberes, os faz convergir no campo da representação, da semelhança e da *Máthêsis*.

No último capítulo, Foucault explora, na episteme moderna (séculos XIX e XX), as condições de possibilidade da Filologia, da Economia Política e da Biologia e, a partir da tríade linguagem-trabalho-vida, as bases do surgimento do Homem, enquanto duplo empírico-transcendental moderno. Como a arqueologia das Ciências Humanas, esse livro coloca a Modernidade como a idade do Homem – e preconiza o desvanecimento do Homem “como na orla do mar, um rosto de areia”.

Os vestígios de uma biopolítica, nesse livro, estariam, sobretudo, na importância do conceito de vida para a Biologia e o lugar da população na Economia Política. Ambos esses saberes, por sua vez, seriam basais na constituição da noção moderna de Homem. Nesse sentido, Foucault propôs a seguinte observação a respeito do surgimento da Biologia:

Pretende-se fazer histórias da biologia no século XVIII; mas não se tem em conta que a biologia não existia e que a repartição do saber que nos é familiar há mais de 150 anos não pode valer para um período anterior. E que, se a biologia era desconhecida, o era por uma razão bem simples: é que a própria vida não existia.

Se em *Nascimento da Clínica*, Foucault localiza na nosologia de Bichat uma ligação entre vida, doença e morte, como base para uma medicina moderna, em *As palavras e as coisas*, a invenção do conceito de vida vai ser fundante da Biologia e de um pensamento no qual o Homem pode ser tomado em sua materialidade orgânica de ser vivo. A passagem do século XVIII para o século XIX foi, para o filósofo francês, o limiar da modernidade biológica, no qual a categoria de vida se tornou não apenas objeto, mas também sujeito de uma série de estratégias políticas.

No século XVIII, a Análise das Riquezas passa a incluir a população como um fenômeno que lhe concernia:

A política deve, portanto, buscar compor esses dois movimentos inversos da população e do numerário. É preciso que o número dos habitantes cresça pouco a pouco, mas sem interrupção, para que as manufaturas possam encontrar uma mão-de-obra sempre abundante; então os salários não aumentarão mais depressa que as riquezas, nem, com eles, os preços; e a balança comercial poderá permanecer favorável: reconhece-se aí o fundamento das teses populacionistas.

Na passagem da episteme clássica à moderna, a população prolonga-se, como problemática, da Análise das Riquezas à Economia Política. Ela aparece, por exemplo, junto à “estabilidade próxima dos rendimentos industriais” e “da renda” (FOUCAULT, 2007, p.381), nas análises de Ricardo, de modo a poder emergir como conceito no

interior da mesma “analítica da finitude” na qual nasce o Homem e as Ciências Humanas, bem como a Biologia.

Na medida em que Foucault coloca o Homem na triangulação Biologia-Economia Política-Filologia, mesmo que sem relacionar explicitamente a vida à elementos econômicos e políticos, como acontecerá no conceito de biopolítica, as bases para a politização da vida parecem já presumíveis nessa arqueologia.⁵

Vigiar e Punir (1975)

Em *Vigiar e Punir*, a discussão de Foucault já está muito mais próxima da problemática da biopolítica que emerge a partir de 1976, haja vista o deslocamento teórico-metodológico que marca sua passagem de uma arqueologia do saber a uma genealogia do poder (ou do governo). Em seu empreendimento “genealógico”, as relações de poder e as práticas não-discursivas tornam-se mais explícitas em suas análises. Dessarte, as investigações abarcariam outras facetas das instituições (a escola, a prisão, o exército), bem como teriam em seu escopo a formação e as mudanças na razão de Estado, de modo a aproximar a questão do saber-poder ao governo da população.

Porém, antes mesmo dessa elaboração direta da biopolítica, alguns elementos dessa problemática já são visíveis no livro *Vigiar e Punir*. Nesse livro Foucault objetiva realizar “uma genealogia do atual complexo científico judiciário onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade”. Na primeira parte do livro, “Suplício”, ele analisa o ritual e o corpo de um condenado no interior das práticas de suplício, explorando sua função enquanto ostentação de um espetáculo público do poder soberano e certa economia e tecnologias em torno da produção da dor como parte da expiação.

Na segunda, “Punição”, aborda a passagem dos suplícios a uma mitigação das penas, como parte de uma nova lógica de punição e “uma outra política a respeito dessa multiplicidade de corpos e forças que uma população representa”, na qual o aspecto espetacular dos suplícios dá lugar à cientificidade das punições assentadas em uma representação calculada do poder e do crime.

Na terceira parte, a “Disciplina”, coloca em evidência o dispositivo disciplinar em suas tecnologias, estratégias e lógicas – a distribuição funcional dos corpos no espaço, o controle da atividade, a organização das gêneses, a composição das forças, a vigilância ou olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame – na produção de corpos dóceis, adestrados: capazes de fazer do corpo “tanto mais obediente quanto é mais útil” ou vice-versa. Outro elemento importante nessa terceira parte é a análise do “panoptismo” – do zoológico real, passando pelo panóptico benthamiano, à sua generalização no corpo social – como uma estrutura arquitetônica capaz de pôr tudo em seu interior sob uma vigilância em potencial e um controle constante. A estrutura panoptical funciona como “um intensificador de qualquer aparelho de poder: assegura sua economia [...]; sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos”. Essa “espécie de ‘ovo de Colombo’ na ordem política”, cuja estrutura é integrável a qualquer função, ultrapassa os limites arquitetônicos e passa a compor as modalidades de poder modernas.

Na quarta e última parte, “Prisão”, define essa instituição completa e austera como um aparelho disciplinar exaustivo, na qual os cálculos punitivos integram-se aos componentes disciplinares. Na máquina prisional, o efeito econômico da

disciplinarização do condenado articula-se à relação entre ilegalidade e a produção da delinquência como parte de um dispositivo não só jurídico, mas também moral de poder. Por fim, é ressaltado o papel do carcerário⁶ não só no interior da prisão, mas como parte de uma normalização, cujos efeitos reverberam por todo o corpo social, especialmente como figura que permite o controle de grandes contingentes de indivíduos.

Nessa obra, o vestígio de uma biopolítica poderia ser encontrado na articulação entre o corpo, a norma e o exame. Ainda que na disciplina não seja a primeira vez que o corpo se torna objeto de investimentos e de regulações, ela marca a instauração de outro regime de poder, outra relação com o corpo, a partir da norma e da utilidade-docilidade. Nas sociedades disciplinares o espaço necessário para o nascimento de determinados saberes (aqueles das chamadas ciências do Homem) será circunscrito. Se, em *As palavras e as coisas*, Foucault marcava no triângulo Trabalho-Vida-Linguagem a base para o surgimento do Homem, enquanto duplo empírico-transcendental moderno, e das Ciências Humanas, em *Vigiar e punir*, Foucault liga a disciplina ao processo de surgimento das Ciências Humanas na medida em que torna o Homem um sujeito calculável/mensurável, bem como normalizável.

No interior do dispositivo disciplinar, a sanção normalizadora e olhar hierárquico vão combinar-se na forma do exame, o qual não só estabelece o que é a verdade, como, sobretudo, torna o indivíduo calculável e determina o surgimento da produção positiva de comportamentos que definem o indivíduo ou o que ele deve ser segundo o padrão da “normalidade”. Dessa forma, estabelece-se o retrato da norma e permite-se que sejam colocados os devidos limites entre os indivíduos tomados como “normais” ou “anormais” (ou o patológico) e, conseqüentemente, entre os que obedecem e os que precisarão ser coagidos (de alguma forma) para obedecer.

Com a criação de um campo de vigilância documental, o exame tornaria o indivíduo um objeto descritível, analisável (em esfera celular, orgânica, genética e combinatória), sob o controle de um saber permanente. Isso reflete bem a mecânica de um poder anatomopolítico, que agiria sobre o corpo individual, possibilitando uma “ciência do indivíduo”. Contudo, o exame, a partir do aparato de escrita e da documentação dos indivíduos que o acompanha, também passaria a constituir “um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa ‘população’.”

A ciência do indivíduo, atrelada ao nascimento das ciências do Homem, parece não só trabalhar com a particularidade dos “casos”, mas com uma pluralidade de corpos ou com a utilidade da vida de indivíduos inseridos em uma coletividade: o sujeito da disciplina, produzido e multiplicado, passaria a acumular-se no espaço e ser agrupado como “população”. Foucault, então, parece indicar a possibilidade de que também essas populações (“fenômenos globais, descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos”), se não fossem objeto direto do exame, seriam, ao menos, objeto de um saber-poder normalizador.

CONCLUSÃO

Ainda que possamos delinear uma noção de biopolítica na obra de Foucault, ela possui variações e mudanças de tônica conforme os objetos concretos a partir dos quais ela era estudada. Dessarte, essa noção não constituiria um universal, mas algo cuja

emergência está inscrita em um determinado espaço-tempo, ligada a um conjunto de práticas, tecnologias e saberes coesos, ainda que variáveis. Assim, mais do que produzir uma síntese dessas variações ou um encadeamento no pensamento foucaultiano que culminaria na derradeira acepção de “biopolítica”, esse artigo buscou indicar o caráter histórico daquilo que o conceito analisa. Isso, posto que, mesmo antes de sua conceitualização, alguns vestígios biopolíticos já pareciam insinuar-se no pensamento de Foucault, ainda que fosse necessário que o autor alterasse a tônica de suas análises para a questão do poder e do governo, a fim de que a biopolítica fosse propriamente objeto de análise.

Não se intentou, nesse artigo, localizar retroativamente uma análise da biopolítica anterior a sua conceitualização. Também não se buscou apontar uma “protonoção” de biopolítica, na obra de Michel Foucault. O que, de fato, foi possível perceber foram como algumas problemáticas ligadas à medicina, à biologia, à estatística e à população, por exemplo, já estavam presentes em trabalhos anteriores ao conceito. Longe de reduzir o mérito do pensamento foucaultiano, a análise do presente artigo buscou ampliar a compreensão da noção de biopolítica – tanto na obra do autor, quanto em sua historicidade acontecimental – a fim de favorecer uma “atitude crítica”. Essa análise, então, poderia ajudar, de modo especial, a abrir possibilidades à existência cotidiana ante a biopolítica, quanto auxiliaria a problematizar o lugar recorrente e o uso ligeiro dessa noção nas pesquisas acadêmicas. De todo modo, trata-se aqui de um ensaio nesse sentido.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: poder soberano e vida nua I*. Tradução de Henrique Burgo. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- AQUINO, J. G. Educação e biopolítica: um panorama da produção acadêmica brasileira no campo educacional (2001-2016). *Educar em Revista*, Curitiba, v. 66, p. 95-112, out./dez. 2017.
- CASTRO, E. *Vocabulário Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. 2a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 20a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guillen Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1977-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. La folie n'existe que dans une société. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits I: 1954-1975*. Paris: Gallimard, 2001a. p. 195-197.
- FOUCAULT, M. Le grand enfermement. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits I: 1954-1975*. Paris: Gallimard, 2001b. p. 1164-1174.
- FOUCAULT, M. Les mailles du pouvoir. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits 2: 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001c. p. 1001-1020.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9a. ed. São Paulo: Martins Fonte, 2007.

- FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France* (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão e Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 12a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France* (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão e Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2022.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. 11a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MUCHAIL, S. T. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In: RIBEIRO, R. J. *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 196-208.
- PELBART, P. P. *Biopolítica. Sala Preta*, v. 7, p. 57-66, 2007.
- RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, v. 24, n. 24, p. 27-57, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600>. Acesso em: 20 mar. 2022.

NOTAS

- 1 Sobre esses vários usos de biopolítica cf. e .
- 2 A primeira aparição do conceito de biopolítica certamente deu-se em meados dos anos 1970, contudo há discussões sobre a data precisa de sua primeira aparição. Como aponta Edgardo Castro : “Segundo a cronologia estabelecida em *Dits et écrits*, “*La naissance de la médecine sociale*” aparece entre os textos correspondentes a 1977. Foi publicado naquele ano na *Revista centroamericana de ciencias de la salud*. Trata-se de uma conferência que Foucault pronunciou em 1974 no Rio de Janeiro. Não é possível estabelecer se o texto publicado em 1977 corresponde exatamente à conferência de 1974 ou se é uma versão mais tardia. Se for o primeiro, será também a primeira aparição do conceito de biopolítica.” De todo modo, em 1976, o termo aparece tanto no curso no Collège de France, *Em defesa da sociedade* , e no primeiro volume de *História da Sexualidade: Vontade de Saber* .
- 3 Nessa lista não está incluído o livro *A arqueologia dos saber*, haja vista que se trata de um texto no qual Foucault explora mormente questões teóricas e metodológicas em torna da “arqueologia”, empregada em seus estudos até ali (1969), não contendo, destarte, elementos que concirnam ao campo da problemática biopolítica.
- 4 Acerca das contribuições de Bichat, nesse sentido, Foucault indica: “Duas séries de questões se colocam a uma anatomia patológica que quer fundar uma nosologia: uma, concernindo à articulação de um conjunto temporal de sintomas com uma coexistência espacial de tecidos; a outra, concernindo à morte e à definição rigorosa de sua relação com a vida e a doença.”
- 5 Foucault , no curso de 1977-1978 dedicado ao estudo da biopolítica, vai explicitamente correlacionar a passagem da História Natural à Biologia ao aparecimento do conceito de população na obra de Darwin; da Gramática Geral à Filologia, que passou a tomar a população como sujeito no estudo da transformação das línguas em sua historicidade; bem como da Análise da Riquezas à Economia Política, seja em Quesnay, em Malthus ou mesmo em Marx, a população torna-se sujeito e objeto central da economia, e não mais a medição, a determinação e valorização em torno da moeda e do fluxo comercial.

Segundo o autor “poderíamos dizer que, se quisermos procurar o operador de transformação que fez passar da história natural a biologia, da análise das riquezas a economia política, da gramática geral a filologia histórica, [...] será na população que deveremos procurá-lo”. A população como “um jogo incessante entre as técnicas de poder e o objeto destas que foi pouco a pouco recortando no real, como campo de realidade, a população e seus fenômenos específicos” .

6 Em 25 de março de 1972, na entrevista com N. Meienberg, publicada sob o título de “O Grande Internamento”, Foucault já destacava a figura do carcereiro: “Todas essas instituições que, na França, parecem tão humanitárias, tão medicalis, tão científicas, os centros profiláticos, os centros para jovens em perigo, os reformatórios, dirigidos por pessoas com jeito de assistentes sociais, educadores, médicos, mas que, finalmente, são policiais: neste grande leque de profissões tão diferentes em aparência, constata-se uma função comum que os encadeia juntos, a de carcereiro. Todas essas profissões têm por função comum a vigilância, a manutenção aferrolhada das existências marginais que não são nem verdadeiramente criminais nem verdadeiramente patológicas”.